

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(UNIRIO)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)**

**TIAGO CESAR DA SILVA**

**OBRAS RARAS NO ARQUIVO NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM  
UMA BIBLIOTECA PECULIAR**

Rio de Janeiro

2018

**TIAGO CESAR DA SILVA**

**OBRAS RARAS NO ARQUIVO NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM  
UMA BIBLIOTECA PECULIAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ms. Stefanie Cavalcanti Freire

Rio de Janeiro

2018

S586o Silva, Tiago Cesar , 1982-

Obras raras no Arquivo Nacional: um estudo de caso em uma biblioteca peculiar / Tiago Cesar da Silva. - 2018.

49 f.: il. color.; 30 cm.

Orientadora: Stefanie Cavalcanti Freire.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

1. BIBLIOTECA. 2. ARQUIVO NACIONAL. 3. OBRAS RARAS. Freire, Stefanie Cavalcanti, *orient.* II. Título.

CDD 090

TIAGO CESAR DA SILVA

OBRAS RARAS NO ARQUIVO NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM  
UMA BIBLIOTECA PECULIAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial  
à obtenção do título de bacharel em  
Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Banca Examinadora:

---

Profa. Ms. Stefanie Cavalcanti Freire (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Ms. Marília Amaral Mendes Alves (Membro interno)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo (Membro interno)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha família pelo apoio incondicional sem o qual eu  
jamais teria chegado até aqui.

## AGRADECIMENTOS

A inspiração e a transpiração para este trabalho não seriam possíveis caso não houvesse influência de determinadas pessoas que ajudaram – e ainda ajudam – minha formação enquanto ser humano.

À minha família como um todo, tanto a biológica quanto a adotiva, que se confundem até hoje em minhas próprias raízes, representadas pelas minhas mães Cléa e Aurora.

Aos amigos de longa data, que passaram por tanta coisa junto a mim e eu junto a eles.

Às novas amigas construídas ao longo da graduação. São tantos nomes que temo ser injusto, porém cito especialmente Tathiane Amaral. Espero que possamos levar esta proximidade tanto ao longo da carreira quanto das nossas pessoais.

Aos companheiros do Arquivo Nacional que corresponderam minhas ausências com confiança.

Aos dedicados professores do curso de Biblioteconomia, que me fizeram compreender este novo campo de estudos.

À minha dedicada orientadora, pelos puxões de orelha necessários e elogios motivacionais, Stefanie Freire.

Meus sinceros agradecimentos.

*Uma biblioteca permite que se procure Marx, encontre-se Schopenhauer e se  
requisite a Bíblia.  
(Ernst R. Hauschka)*

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é empreender uma análise da biblioteca do Arquivo Nacional, com destaque para o acervo de obras raras, servindo como vetor para a discussão. Para isto, realizamos pesquisa bibliográfica, análise de dados e entrevistas sobre a formação da coleção. No caso específico do acervo raro, comparamos os critérios de raridade estabelecidos pela literatura com os adotados na própria Biblioteca da instituição, de forma a identificar como o processo decisório flui, ou seja, como este acervo é gerenciado. A relevância deste projeto encontra-se na peculiaridade de uma Biblioteca dentro de um Arquivo, buscando compreender esta particularidade a partir da utilização da mesma, tanto em relação à importância interna, quanto externa para o público em geral. Refletindo ainda de que forma a preservação da memória de um item raro pode contribuir para a disseminação da memória não sendo este o protagonista do local de guarda. Após a exposição dos dados pesquisados, percebemos que a biblioteca do Arquivo Nacional não possui uma metodologia muito delineada na definição dos critérios de raridade de seu acervo. Entretanto, há uma política de seleção e preservação que funciona de maneira eficaz dentro de sua realidade, permitindo assim que o órgão cumpra satisfatoriamente a sua missão institucional.

Palavras-chave: Biblioteca. Obras Raras. Arquivo Nacional.

## **ABSTRACT**

The general objective of this paper is to make an analysis of the National Archive of Brazil from its rare books, serving as a vector for discussion. For that, bibliographical research, data analysis and interviews on the collection formation were carried out, besides the observation of the criteria of rarity not only established in the literature, but also the methodology of selection of the institution itself, allowing a characterization that makes possible the perception of how the decision-making process flows, that is, how this collection is managed through its purpose. The relevance of this project lies in the peculiarity of a Library within an Archive, seeking to understand this particularity from the use of it, both in relation to the internal and external importance, also reflecting on how the preservation of the memory of an item rare can contribute to the dissemination of memory, not being the protagonist of the place of custody. After the exposure of the researched data, we noticed that the National Archive of Brazil does not have a very delineated methodology. However, there is a selection and preservation policy that works effectively within its reality, thus enabling the agency to carry out its institutional mission in a competent manner.

Keywords: Library; National Archive of Brazil; Rare books.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Volume tratado ao longo do projeto .....	39
Tabela 2 -	Quantitativo mensal de consulta ao acervo bibliográfico ...	42
Figura 1 -	<i>Dictionnaire infernal repertoire universel</i> .....	28
Figura 2 -	<i>Jean Baptiste Debret</i> .....	29
Figura 3 -	<i>Voyage pittoresque dans le Bresil</i> .....	29
Figura 4 -	<i>Gedenkeerdige Brasilieanse Zee-em Lant-Reize</i> .....	30
Figura 5 -	Bíblia .....	30
Figura 6 -	<i>Encyclopedie</i> .....	31
Figura 7 -	Livro de horas – lombada .....	31
Figura 8 -	Livro de horas – corte lateral .....	32
Figura 9 -	Diagrama de volume documental .....	23
Figura 10 -	Antigo depósito .....	40
Figura 11 -	Novo depósito .....	40
Figura 12 -	Jornais raros .....	40
Figura 13 -	Livros raros em grandes formatos .....	41
Figura 14 -	Periódicos raros .....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>AAB</b>	Associação dos Arquivistas Brasileiros
<b>ACAN</b>	Associação Cultural do Arquivo Nacional
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivos
<b>FBN</b>	Fundação Biblioteca Nacional
<b>FEFIEG</b>	Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara
<b>IFLA</b>	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
<b>PLANOR</b>	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
<b>SIAN</b>	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
<b>SINAR</b>	Sistema Nacional de Arquivos
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNIRIO</b>	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS .....	14
1.2	JUSTIFICATIVA .....	15
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	15
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>INSTITUIÇÃO ARQUIVO NACIONAL .....</b>	<b>18</b>
3.1	FUNDAÇÃO, HISTÓRICO E ESTRUTURA .....	18
<b>4</b>	<b>A BIBLIOTECA .....</b>	<b>22</b>
4.1	UMA BIBLIOTECA EM UM ARQUIVO.....	23
<b>5</b>	<b>AS OBRAS RARAS NO ARQUIVO NACIONAL</b>	<b>26</b>
5.1	FORMAÇÃO DA COLEÇÃO.....	26
5.2	OS CRITÉRIOS DE RARIDADE.....	32
<b>6</b>	<b>O TRAÇADO DA MEMÓRIA: TRATAMENTO TÉCNICO</b>	<b>36</b>
	<b>E DE PRESERVAÇÃO DE ACERVO .....</b>	
6.1	PROJETO DE PRESERVAÇÃO .....	36
6.2	OS USUÁRIOS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DO USO DA BIBLIOTECA DO ARQUIVO NACIONAL .....	41
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um histórico do Arquivo Nacional (AN) desde a sua fundação, explicitando a criação e formação do acervo de sua biblioteca, até o estágio atual de como se encontram as obras raras da instituição. A pesquisa teve como fontes os mais variados documentos públicos e informações disponibilizadas no site do órgão, além de relatórios internos e entrevistas com servidores da instituição ligados ao processo decisório que viabilizou o tratamento técnico deste acervo.

Para nortear o presente trabalho, partimos de questionamentos simples: como são tratadas as Obras raras dentro de uma política teórica arquivística? A função de um bibliotecário é menos importante do que a de um arquivista dentro deste universo?

Como ponto de partida, foram feitas visitas técnicas aos setores envolvidos no tratamento deste acervo, como restauradores e gestores, além da observação in loco dos depósitos em que estão salvaguardadas estas obras. Com este vínculo concluído, foi possível ter acesso a relatórios que determinaram o ponto o que se encontram hoje as obras, como por exemplo o Manual de Rotinas da Biblioteca e o Relatório Técnico sobre o Projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), responsável por financiar o Subprojeto Obras Raras.

Em relação às entrevistas, nos focamos nas informações obtidas com Lúcia Peralta, Coordenadora da Preservação do Acervo; Alexandra Werneck, Supervisora da Biblioteca; e Mariana Lambert, Supervisora da Sala de Consultas.

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com outras questões que não foram identificadas em um primeiro momento. Dentre elas, a própria discussão do conceito de raridade dentro do Arquivo Nacional, com um critério não definido em seu manual de rotinas, sendo aplicados os conceitos pré-estabelecidos na literatura conhecida sobre o assunto. Entretanto, a própria literatura estabelece que cada instituição determine critérios próprios de acordo com sua missão, o que na nossa percepção, não é feito de forma clara no órgão.

Além disso, esbarramos na questão do usuário deste acervo, foco principal e motivo da existência de todas as instituições de memória. Sendo a Biblioteca um setor à parte, além do seu modelo de funcionamento sem o acesso às estantes, o número de consultas é aquém da preciosidade de seu acervo, tanto das obras raras quanto das obras correntes, em comparação ao número de consultas às fontes primárias de arquivo.

Somado aos já citados relatórios internos da instituição, muitas informações também foram retiradas de leis e decretos que definem as atribuições do Arquivo ao longo do tempo, além do próprio site do Arquivo Nacional, que contém o histórico da formação do órgão, e de alguns manuais de política e procedimentos definidos por outras instituições. Além disto, alguns autores que serviram como base para a reflexão da importância do local, como Buzzati, Silva, Estevão e Fonseca.

Foram analisadas diversas obras alusivas aos critérios de raridade de acervos bibliográficos, tendo como referências principais Pinheiro e Sant'ana. Porém outros autores permearam esta discussão de forma mais teórico-filosófica, como Nora e Benjamin, perpassando pelo debate da relevância da biblioteca e suas políticas com Lemos e Vergueiro.

Como resultado final, apresentaremos uma leitura das reflexões propostas ao longo do texto e uma análise das políticas de preservação de acervo raro no Arquivo Nacional, equiparado com a sua importância histórica.

## 1.1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a Biblioteca do Arquivo Nacional. Para que o objetivo principal fosse alcançado, se fez necessário traçar os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a instituição desde sua origem, passando pela formação do acervo, chegando até à coleção do acervo raro e à importância do mesmo
- b) identificar as dificuldades do gerenciamento de uma biblioteca que funciona dentro de um órgão arquivístico;
- c) analisar a política de preservação do acervo raro

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

A escolha da biblioteca do Arquivo Nacional como tema do presente trabalho de conclusão de curso (TCC) na Escola de Biblioteconomia foi chamar a atenção para singularidade de sua situação: uma biblioteca vinculada à uma instituição de Arquivo. Desta forma pretendo trazer à luz as características e dilemas próprios de sua condição e de dos profissionais de biblioteconomia que nela atuam. Debate que pretende enriquecer o cenário de análise das diferenças entre bibliotecas, ao reforçar pontos comuns e explicitar os distintos.

De outra parte, o destaque dado às obras raras que compõe o acervo da Biblioteca e o projeto de preservação patrocinado pelo BNDES do qual tal acervo foi objeto, justifica-se na medida em que nos permite refletir sobre os critérios de raridade. Apesar dos diversos eventos acadêmicos sobre o tema, o consenso nunca é alcançado uma vez que a missão das bibliotecas difere entre si. Tal reflexão é fundamental para o estabelecimento de políticas de preservação e tratamento da informação calcadas em bases sólidas que orientem o trabalho técnico.

Outra motivação para o presente trabalho é a preocupação com a preservação dos acervos raros do país, seja pelo seu suporte, por sua informação, por seu conteúdo, ou por sua própria aura de caráter único, visando à disponibilização para as futuras gerações. Entender as etapas deste tipo de projeto contribui para que mais planos neste sentido sejam desenhados pelos bibliotecários ao longo de suas carreiras.

Por fim, visamos divulgar a existência deste valioso patrimônio documental, ampliando não só a utilização deste acervo em específico, mas das demais obras de uma biblioteca que tem potencial para receber um volume de pesquisa bem maior do que possui atualmente.

## 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para que os objetivos pudessem ser alcançados, foram selecionados relatórios, artigos e apresentação de trabalhos dos mais variados locais do país.

O trabalho está estruturado em sete seções, sendo a primeira a sua apresentação, contendo os objetivos, a justificativa da pesquisa e a sua estrutura.

A segunda seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados e os tipos de pesquisas que o estudo compõe.

Na terceira seção, apresentamos o nascimento do Arquivo Nacional, seu histórico de fundação. Na seção quatro, a formalização de sua Biblioteca, além de apresentar as características específicas da situação singular de ser uma biblioteca funcionando dentro de um Arquivo. Ainda na quarta seção nos detivemos na formação do seu acervo, inclusive as obras raras, e discorremos sobre os critérios de raridade.

Na sexta seção apresentamos o Projeto Obras Raras, que foi um plano de modernização e preservação do acervo bibliográfico raro implantado no Arquivo Nacional, finalizando com a observação dos usuários da biblioteca e os seus reflexos disto para o acervo. E na última seção apresentamos as considerações finais, seguida das referências.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como parte do processo de construção deste trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica para elaborar a revisão da literatura pertinente ao assunto, com o intuito de traçar um panorama histórico sobre o tema proposto.

Apresentamos uma abordagem do tipo descritiva, explorando livros, revistas científicas e teses sob o tema de conservação e restauro, além de conceitos biblioteconômicos, relatórios e manuais de trabalho internos e externos para analisar as rotinas, todos indicados na bibliografia, que ofereceram suporte na definição e resolução da problemática.

Além disto, entrevistamos funcionários do Arquivo Nacional responsáveis pelos setores que direta ou indiretamente participam da vida da Biblioteca, a saber: a supervisão da própria Biblioteca, a coordenação do Setor de Preservação do Acervo e a supervisão do Atendimento ao Público, onde o acervo bibliográfico é consultado. O objetivo das entrevistas foi obter dados sobre o acervo que é alvo do presente trabalho: informações quantitativas e qualitativas, as condições técnicas de guarda, as políticas de preservação e restauro em curso (destaco o projeto BNDES voltado para restauração das obras raras) e, por fim, o acesso às obras bibliográficas.

Também foram realizadas visitas técnicas aos espaços físicos da instituição: Biblioteca, Laboratório de Higienização e Restauro e Depósitos de Guarda de Acervo. O objetivo das visitas foi avaliar as condições de guarda e preservação do acervo, além da dinâmica de acesso, uma vez que a Biblioteca se destaca pela singularidade de não permitir aos consulentes consulta imediata às obras.

### 3 INSTITUIÇÃO ARQUIVO NACIONAL

Tudo começa com a formalização de um órgão que surge com a função de ser utilizado como depósito documental da administração pública. A partir daí, surge no país uma instituição que ao longo do tempo vai ganhando relevância e mais atribuições, até chegar ao modelo que conhecemos hoje, notoriamente sendo reconhecida como um lugar de memória relevante para o país.

Estas alterações externas se deram também devido aos reflexos da modernização interna, estrutural, compreendendo que a sua missão iria muito mais além da prevista quando da sua fundação. Deste modo, é normalizada também uma prática que já era utilizada, que é a de organização bibliográfica, porém agora com um pouco mais de autonomia. A partir daí, surgem outros debates da formação da coleção, inclusive e principalmente da seleção de que acervo da casa deveria ser considerado como Obra Rara, e, assim, recebendo um tratamento diferenciado dos demais códices.

A partir deste ponto, iremos descrever como se deram estes passos na instituição supracitada neste trabalho.

#### 3.1 FUNDAÇÃO, HISTÓRICO E ESTRUTURA

O Arquivo Nacional é um órgão federal vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão consiste em implementar e acompanhar a política nacional de arquivos por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação, e divulgação do patrimônio documental do país.

Seu acervo é composto por manuscritos, impressos, plantas mapas, filmes, fitas de áudio, vídeos e registros iconográficos, além de uma biblioteca especializada em história, arquivologia, ciência da informação e administração pública, além da seção de obras raras, foco deste trabalho.

Foi criado, com grande influência no modelo francês, sob o nome de Arquivo Público do Império em regulamento n. 2 publicado em 2 de janeiro de 1838. Antes, já tinha sido sugerido na Constituinte de 1823 e citado no artigo n. 70 da Constituição de 1824, sendo estabelecido provisoriamente na Secretaria de Estado dos Negócios do Império – que viria a ser futuramente entre 1808 e 1959, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores – e sob a direção do Oficial Maior daquela repartição (BUZZATTI, 2015, p. 43). Estava designado para guardar os documentos públicos, subdividindo-os em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica.

Tendo sido uma repartição da Secretaria, estava situado na Rua da Guarda Velha, atual Rua 13 de maio. Tornou-se independente em 1840 com o decreto nº 27, de 25 de abril, mas ocupou o mesmo espaço até 1854, quando foi transferido para o andar superior do Convento de Santo Antônio. De acordo com alguns relatórios, possuía dificuldade para o funcionamento tanto pela falta de funcionários, quanto de espaço físico e das próprias políticas de recolhimento e guarda (CASTELO BRANCO, 1937).

O ano de 1860 dá um passo a mais na reforma interna. Com o decreto n. 2541, houve uma nova redistribuição de atribuições de cada setor, tendo sido a mudança mais relevante a intenção de uma classificação documental baseada em períodos, subdivididos em Brasil Colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império (BRASIL, 1860).

Em 1870, o Arquivo muda novamente de sede, estabelecendo-se no antigo edifício do Recolhimento do Parto dos Terceiros da Ordem do Carmo. Ainda nesta década, em 1873, é aberta a consulta pública do acervo através do regulamento criado pelo diretor. Esta década torna-se ainda mais importante com a criação de novas seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica, aprovadas pelo decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876, além da criação da Biblioteca, tema que exploraremos mais a frente.

Em 1893, já na República, o Arquivo Público do Império passa a se chamar Arquivo Público Nacional, mudando a nomenclatura para Arquivo Nacional em 1911. Sobre este período, cabe salientar, em 1905, o decreto n. 6.293, de 28 de dezembro, que abre ao Ministério da Justiça crédito para as despesas, em consequência ocorre a mudança do Arquivo para um edifício na Praça da República. Em 1932, há uma nova reorganização de setores internos. Ficam estabelecidas as seções Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária; Biblioteca e Mapoteca, além de uma Secretaria. Com o passar dos anos, em 1958 são criados o Conselho de Administração de Arquivos; o Serviço de Documentação Escrita; o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica; o Serviço de Pesquisa Histórica; o Serviço de Registro e Assistência; a Seção de Consultas; a Seção de Restauração e a Seção de Administração.

Neste período, como não havia uma definição clara da arquivística no país, os funcionários da Casa faziam cursos em outras instituições. Sendo assim, o diretor vigente, José Honório Rodrigues, solicita à Embaixada da França a colaboração de um profissional da área. Ocorre assim, em 1959, o Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo para os servidores, e é instaurado o Curso Permanente de Arquivos, sendo este o primeiro curso no Brasil direcionado à formação e capacitação de profissionais para trabalharem em tratamentos arquivísticos, ou seja, de âmbito organizacional.

A década de 1970 do século XX também foi muito importante para o estabelecimento de normativas, organizações, metodologias, etc., pois há a autorização formal da criação do curso de Arquivologia, ou seja, um estabelecimento da profissão de arquivista, e conseqüentemente o fortalecimento da instituição. Sendo mais específico, em 1972, é autorizada a criação de cursos de Arquivologia em nível superior, após o encaminhamento para o Conselho Federal de Educação de um projeto de currículo básico para a formação do profissional de arquivista.

No ano seguinte, com mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o curso ganha status de graduação, passando a funcionar, em 1977, na Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). O decreto n. 79.329, de 2 de março, transformaria a antiga FEFIEG em Unirio que acata a carreira neste espaço de forma legal, tendo sido assim o primeiro curso de Arquivologia reconhecido no Brasil (MARIZ; AGUIAR, 2013, p. 207), seguindo passos semelhantes da formação do curso de Biblioteconomia da mesma universidade, 66 anos antes, em 1911.

Já em 1985 o Arquivo Nacional, um pouco mais fortalecido devido ao estabelecimento do profissional Arquivista, se transfere para a antiga sede da Casa da Moeda, local onde permanece até os dias atuais.

Na década de 1990, é promulgada a Lei n. 8159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, estabelecendo como função o suporte à tomada de decisões governamentais. Já em 1994, é criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que é um órgão colegiado diretamente vinculado ao Arquivo Nacional (AN), e trabalham em conjunto para definir as diretrizes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

No período de 2000 a 2011, o órgão fica ligado diretamente à administração federal, no Ministério da Casa Civil, retornando ao Ministério da Justiça pelo decreto n. 7430.

É seu dever garantir pleno acesso à informação sob sua guarda e preservá-la, orientando a gestão e a organização dos documentos produzidos pela administração pública federal, apoiando o na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico cultural. Tem por finalidade programar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo CONARQ, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (ARQUIVO NACIONAL, 2017).

A estrutura atual do Arquivo Nacional é ao mesmo tempo complexa e objetiva. Grosso modo, organizacionalmente, subdivide-se em Documentos Escritos e Documentos Audiovisuais e Cartográficos.

A documentação textual é proveniente dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo federais, além de alguns fundos privados. Variam entre arquivos trazidos pela corte de Dom João em 1808; correspondência e legislação do império ultramarino português; livros de registro civil; lista de passageiros da imigração; patentes de invenções; processos do Tribunal de Segurança Nacional; documentos relativos aos períodos ditatoriais; projetos de urbanização e obras dos primeiros anos do século XX, além de acervos particulares de Floriano Peixoto, Afonso Pena, até mesmo Mario Lago, dentre outros.

Composta basicamente por mapas e plantas, a documentação cartográfica conta também com algumas cartas náuticas, e todas estas não ficam limitadas somente ao território brasileiro, variando entre os séculos XVIII e XX. Tem também vários projetos urbanísticos, como ferrovias e aquedutos, dentre outros.

Sobre a documentação iconográfica, se destacam os acervos da Agência Nacional, do jornal Correio da Manhã e da Família Ferrez, além de outros fotógrafos que captaram o território nacional em suas viagens.

O acervo sonoro, pouco conhecido do público, tem seu recorte entre 1902 e 1990, sendo constituído por discos e fitas de áudio da Agência Nacional, da Presidência, da Rádio Mayrink da Veiga, do Serviço de Censura de Diversões Públicas, dentre outros.

Os fundos de imagens em movimento envolvem documentários, cinejornais, filmes, da Agência Nacional, TV Tupi e da Comissão de Energia Nuclear, além de recortes de filmes que foram submetidos à censura (Idem).

Em relação à Biblioteca, a mesma está subordinada à Coordenação de Acesso e Difusão Documental, sendo somente uma subseção dentro do Arquivo. Seu acervo contém folhetos, periódicos, teses, dissertações, obras de referência, uma coleção de publicações oficiais do Poder Executivo Federal, além das Obras Raras. Deste modo, vamos analisar um pouco melhor este setor que ao mesmo tempo é tão unificado burocraticamente mas tão distinto em suporte e, conseqüentemente, organização.

#### 4 A BIBLIOTECA

Em 1861, a Biblioteca do Arquivo Nacional começa a ser formada. De acordo com o Relatório Ministerial de 1861, “era uma pequena biblioteca para uso do arquivo, tendo para ela concorrido o oficial-maior com o donativo de 212 volumes”. Logo após, dois anos depois, a Biblioteca já contava com cerca de 400 volumes recebidos de instituições nacionais e estrangeiras.

Oficialmente, a Biblioteca do AN foi criada em 24 de março de 1876 pelo decreto n. 6164, com o intuito de reunir coleções ligadas à legislação nacional, administração, história e geografia. Todavia, esta formalização só serviu para legitimar algo que na prática era recorrente, pois desde a fundação do órgão o Arquivo já recebia livros e folhetos, vinculados diretamente aos fundos durante o processo de recolhimento de acervos.

Com o aumento da magnitude da importância da instituição e o desenvolvimento da própria arquivologia como ciência, ela se torna uma fonte de referência e pesquisa para os estudos desta área servindo ainda como ponto de convergência entre instituições arquivísticas de âmbito municipal e estadual brasileiras, além de internacionais.

A Biblioteca do AN, em 2016, recebe como doação a Biblioteca da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971-2015), reunindo, assim, o maior acervo bibliográfico de Arquivologia do país.

Em seu acervo, além de livros, folhetos, periódicos, teses, dissertações, obras de referência, etc., destacam-se também publicações oficiais do Poder Executivo Federal, visando cumprir a missão do órgão, que é de auxiliar o governo para a tomada de decisões.

A biblioteca não possuía um nome específico até este ano de 2017, o qual foi feita uma votação pelas mídias sociais para batizá-la. A escolhida foi Maria Beatriz Nascimento, militante e intelectual da causa negra, além de estagiária na instituição, que recebeu o seu acervo em 1999. Entre os outros nomes sugeridos constam: Joaquim Pires Machado Portela, um político que foi diretor do Arquivo Nacional de 1873 a 1898; João Capistrano Honório de Abreu, Historiador, oficial da Biblioteca Nacional durante o Império; José Honório Rodrigues, Historiador e diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964, quando foram adquiridas diversas Obras Raras para a instituição; Maria Odila Kahl Fonseca, Arquivista e Historiadora, fora servidora do AN. Observa-se de forma curiosa que nenhum bibliotecário por formação foi sugerido como nome a ser homenageado.

#### 4.1 UMA BIBLIOTECA EM UM ARQUIVO

Neste ponto, pretendemos explorar toda a peculiaridade da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. Embora esta esteja com seu acervo bibliográfico em separado, ela está contida dentro do universo do Arquivo Nacional, muito embora a quantidade de acervo raro seja muitas vezes maior. Enquanto o AN possui cerca de 70 documentos arquivísticos considerados raros pela instituição, há uma compreensão interna de separação da tipologia, ficando sob a guarda da Biblioteca mais de 3 mil obras consideradas raras, contando somente o que está cadastrada no PLANOR.

Figura 9 - Diagrama de volume documental



Fonte: o próprio autor, 2018

Precisamos compreender a definição entre Biblioteca e Arquivo para que possamos diferenciá-los de forma mais clara. Em se tratando de arquivos, temos a seguinte definição:

“[...] a função primordial dos arquivos é disponibilizar as informações contidas nos documentos sob sua guarda para a tomada de decisão, e para comprovação de direitos e obrigações, o que só se efetivará se os documentos estiverem corretamente classificados e devidamente guardados.” (PAES, 1998, p. 48)

Como foi explicitada no primeiro capítulo, esta é basicamente a missão do Arquivo Nacional conforme descrito em seu regimento interno. Deste modo, conseguimos

demonstrar de forma clara que o órgão em questão está em consonância com sua fundamentação teórica.

Já que estamos fazendo a comparação entre instituições de caráter federal, vejamos a missão da Biblioteca Nacional:

“A Biblioteca Nacional (BN) tem a missão de coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018)

As bibliotecas em geral se diferenciam não só pela tipologia documental, mas também pelo seu caráter mais social construído ao longo do tempo como um espaço de sociabilidade entre os seus usuários e na sua própria relação com a comunidade em si. É mais abrangente no sentido técnico – pois se faz necessário uma adequação às diversas mídias que comporta – tanto quanto no seu caráter cultural (LEMOS, 1998).

Fundamentalmente, podemos categorizar em duas vertentes principais:

“O arquivo é considerado um órgão receptor, formando conjuntos documentais reunidos pela sua origem e com funções estabelecidas pela máquina administrativa. A biblioteca é órgão colecionador reunindo todo material que possa vir de encontro com seus objetivos e finalidades, agrupando-os pelo seu conteúdo.” (LIMA; UNIFOR, 2013).

Embora haja estas diferenças principais, podemos dizer que ambos possuem seu espaço na sociedade, e podemos considerá-los como um “lugar de memória”. É um conceito complexo, apesar do que sua simplicidade aparente sugere. Indo um pouco mais fundo nesta discussão, podemos dizer que são esses lugares que possuem efeito nos três sentidos da palavra, de forma simultânea, porém em graus diversos: material, simbólico e funcional (NORA, 1993, p. 21) – a qual podemos remeter quase que automaticamente à características implícitas de uma Obra Rara.

Um depósito de arquivos, por exemplo, cuja aparência nos remete a uma categoria material, pode também ser contemplado com uma aura simbólica se a imaginação assim nos permitir. O lugar de memória é um lugar duplo: fechado sobre o seu nome e identidade, mas aberto devido à extensão de suas significações. Para ser concebido é necessária, inicialmente, a existência de uma vontade de memória através do objeto digno de lembrança, que pode se produzir através de fontes diretas, produzidas pela sociedade voluntariamente para serem reproduzidos como tal, como uma lei, uma obra de arte e fontes indiretas, testemunhos deixados em uma determinada época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Sem essa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história (NORA, 1993).

Quando analisamos as leis de Ranganathan, podemos entender que nem todas as leis se aplicam a um Arquivo. Para lembrar, as leis são: 1. livros são para o uso; 2. a cada leitor seu livro; 3. a cada livro seu leitor, 4. economize o tempo do leitor; 5. uma biblioteca é um organismo em crescimento.

Analisando de forma sucinta e transpondo a uma realidade arquivística, as leis 1, 4 e 5 seriam aplicáveis, visto que estando disponibilizado para ao público, a ideia é para que sejam acessadas; o tratamento técnico e a descrição fazem parte de uma preocupação constante; aliado a isto o contínuo recebimento de documentação e o consequente aumento da massa documental.

Entretanto, em 1984, foi realizada uma nova interpretação destas leis, tornando-as mais amplas, chamadas de “cinco leis da ciência da informação” (RAJAGOPALAN, RAJAN apud FIGUEIREDO, 1992, p. 189). São elas:

1. A informação é para o uso;
2. A cada usuário sua informação;
3. Cada informação a seu usuário;
4. Economize o tempo do usuário – e o seu corolário: economize o tempo dos cientistas da informação;
5. Um sistema de informação é um organismo em crescimento.

De acordo com esta perspectiva, é possível compreender que ambos os conceitos informacionais (biblioteconômico e arquivístico), tem por objetivo final o atendimento ao usuário, assim como que toda e qualquer instituição que detém memórias.

Apesar de todas estas relevâncias e conceitos, em nosso estudo de caso nos deparamos com algo não tão usual. Uma biblioteca que funciona dentro de um arquivo possui peculiaridades que as demais não possuem.

Conceitualmente, a Biblioteca do Arquivo Nacional seria uma biblioteca pública temática (IFLA, 1994), pois os assuntos básicos são relacionados à história, arquivologia e assuntos afins. O acervo possui acesso restrito, não sendo possível o acesso aos livros – tanto raros quanto de acervo corrente – diretamente nas prateleiras.

O acesso ao material se dá por agendamento no balcão de atendimento da Sala de Consultas, e o mesmo não pode ser acessado no dia da solicitação, sendo necessário aguardar pelo menos dois dias para ficarem disponíveis para consulta. Isto acontece por diversos motivos, desde a retirada do depósito ou até mesmo para o processo de conservação preventiva aplicado, incluindo a rotina de vistoria e higienização.

Para um usuário de bibliotecas, fica evidente o estranhamento em relação às rotinas do órgão. O imaginário do público em relação às bibliotecas, com seus labirintos de estantes, cujos livros estão acessíveis tanto visualmente, como podem ser consultados imediatamente contrasta com a prática na Sala de Consultas do Arquivo. Não existe um contato visual com o conjunto do acervo bibliográfico. Como consequência, o consulente só tem acesso ao que pediu, não podendo fazer pesquisas correlatas imediatas que permitiriam a identificação de outras obras de interesse e ficando engessado naquele material.

No que tange ao tratamento e acesso à informação verifica-se uma notável diferença entre os acervos bibliográficos e arquivísticos do Arquivo Nacional. Enquanto o acervo arquivístico é descrito no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), o bibliográfico possui um sistema próprio o BNWeb. Os dois guardam grandes diferenças tanto em relação à alimentação quanto às possibilidades de recuperação da informação pelos usuários.

Em entrevista com a Supervisora da Biblioteca, obtivemos a informação de que a Biblioteca do Arquivo Nacional funciona como a maioria das bibliotecas em seu caráter de rotinas internas, mas por estar dentro de uma instituição arquivística, precisa a todo o momento reafirmar sua importância. Geralmente não é consultada para as tomadas de decisão nem incluída em projetos.

A atuação do Bibliotecário se dá no sentido de promover o setor e fazer com que entendam sua importância, o que é complicado, visto que a Biblioteca é vista como um setor menor, secundário.

## **5 AS OBRAS RARAS NO ARQUIVO NACIONAL**

Nesta seção apresentaremos a coleção de obras raras da Biblioteca do Arquivo Nacional, promovendo um histórico da formação da mesma. Apresentaremos ainda uma reflexão sobre os critérios de raridade na bibliografia referente ao tema, além de expor de que forma estes são utilizados no AN.

### **5.1 FORMAÇÃO DA COLEÇÃO**

A construção de um acervo raro tem alguns motivos bem claros: dar a devida importância a uma parte documental que tem uma relevância maior em relação ao acervo

como um todo. Assim, pode ser dado um tratamento diferenciado daqueles utilizados nas obras correntes. Como por exemplo, a implantação de políticas de preservação e de segurança para estes, não somente pelo seu valor financeiro, mas principalmente ao seu grau de importância.

Quando falamos de valor monetário, não há como precificar porque instituições públicas de guarda de acervo não visam o lucro, então todo o destaque que é dado foca-se na perda de memória em caso de qualquer sinistro, pois é um dano irreversível tanto para o acervo como um todo quanto para a cultura nacional, em uma análise macro.

Para se montar uma coleção de obras raras, é necessária uma ação colaborativa entre o trinômio Bibliotecários–Gestores–Usuários. Os primeiros possuem o conhecimento técnico para aplicar critérios de seleção que são utilizados universalmente para a identificação destas obras dentro do acervo geral. Os Gestores dão o suporte a essas decisões, além de viabilizar os cuidados especiais que são necessários a estas obras. Já os Usuários, são a parte mais importante dessa relação. Sendo o acesso o grande motivo da seleção e da preservação, eles não são só os especialistas no acervo que podem indicar verdadeiras “joias” dentro de um conjunto maior, mas são o próprio motivo da existência de locais de guarda de memória, como bibliotecas e arquivos.

A valoração das obras e o impacto social das obras raras da Biblioteca do Arquivo Nacional podem ser “medidos” pela sua história e constituição. Começou a ser constituída com o recebimento de doações de instituições nacionais e estrangeiras.

Ainda no século XIX, a Biblioteca contou com diversos doadores:

- I) Visconde de Uruguai;
- II) Conselheiro Pimenta Bueno;
- II) Candido Mendes de Almeida
- IV) Pereira da Silva;
- V) Victor Frond (Fotógrafo);
- VI) IHGB;
- VII) Instituto dos Advogados;

Estas obras geralmente acompanhavam os documentos arquivísticos, através de doação dos próprios autores, ou por permuta com outras instituições.

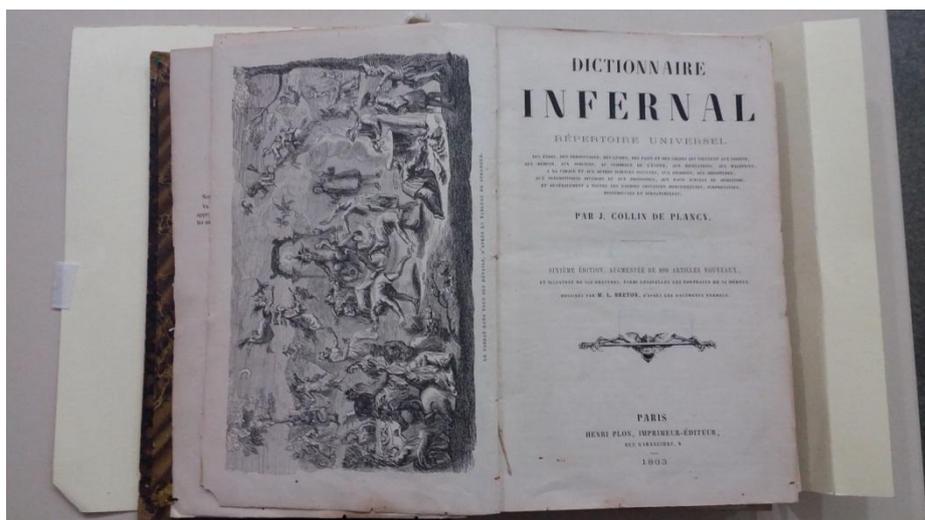
Outras obras compradas dos grandes alfarrabistas da Europa como os *Hiersemann*, os *Niehoff*, os irmãos *Magg* das opulentas casas da Alemanha, Holanda e Inglaterra, que

ofertavam constantemente a venda de obras raras à Biblioteca, embora nem sempre esta dispusesse de verbas para comprá-los. (Relatório do Arquivo Nacional, 1932).

Atualmente possui certa de 23 mil volumes, dos quais 6590 são livros, 5940 são periódicos, 1759 folhetos, 9423 fascículos de jornais raros. São obras de reconhecido valor histórico que se estendem cronologicamente dos séculos XV ao XX. Destacam-se suas obras ilustradas, com litogravuras e fotografias, que frequentemente são usadas nas exposições realizadas pelo Arquivo Nacional como na exposição *O mundo luso-brasileiro*, onde imagens extraídas de livros raros integraram-se às fotografias, mapas e documentos manuscritos, procurando traçar ícones e textos que configuraram um mundo luso-brasileiro na historiografia.

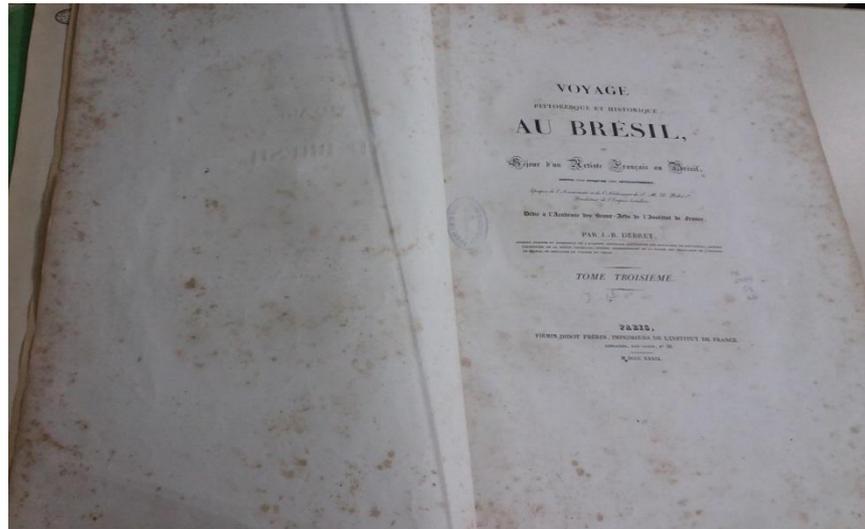
Também podemos destacar entre essas obras raras: livros dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, como o Guia do Viajante do Rio de Janeiro, de Alfredo do Valle Cabral, publicado em 1882; jornais de época e almanaques que ilustram o século XIX, como o *Almanach de Gotha*; a série completa dos volumes de pranchas e textos da *Encyclopédie* ou *Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts e des Métiers*, que teve seu primeiro tomo publicado em 1751; os grandes livros da natureza como *Flora Brasilienses*, projetada por Carl. F. Von Martius e um exemplar em pergaminho de 1490 da obra *Senaca Moralis*.

Figura 1 - *Dictionnaire infernal répertoire universel*



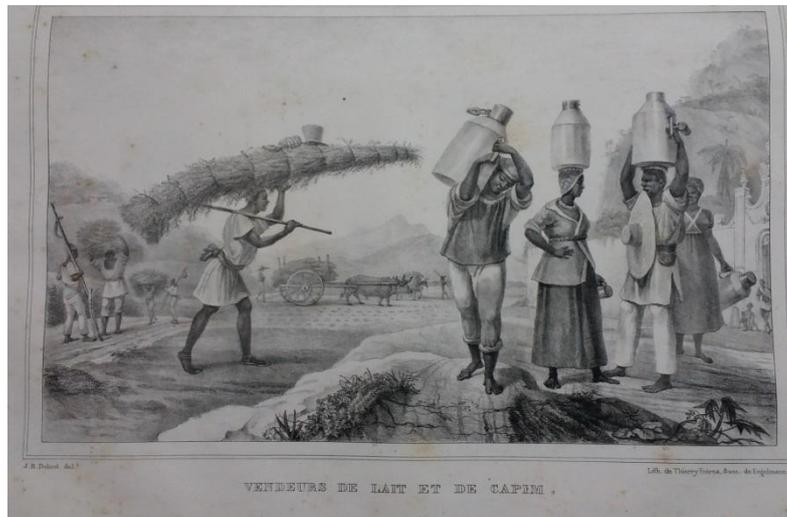
Fonte: O próprio autor; PLANCY, J. Collin de. **Dictionnaire infernal répertoire universel: êtres, des personnages, des livres, des faits et des choses qui tiennent sux espits.** 6.ed. Paris: Henri Plon, Imprimeur Éditeur, 1863. Arquivo Nacional.

Figura 2 – *Jean Baptiste Debret*



Fonte: O próprio autor; DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S.M. D. Pedro 1er.**, Paris: Firmin Didot Frères, 1834 - 1839. Arquivo Nacional.

Figura 3 - *Voyage pittoresque dans le Brésil*



Fonte: O próprio autor; RUGENDAS, Johann Moritz. **Voyage pittoresque dans le Brésil.** Paris: Engelmann & Cie., 1835. Arquivo Nacional.

Figura 4 - *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize*



Fonte: O próprio autor; NIEUHOF, Johan. **Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize: behelzende al het geen op dezelve is voorgevallen: beneffens een bondige beschrijving van gantsch neerlants Brasil: zoo van lantschappen, steden, dieren, gewassen, als draghten, zeden en geschiedenisf.**

Amsterdam: Voor de Weduwe van Jacob van Meurs, 1682. Arquivo Nacional.

Figura 5 – Biblia



Fonte: O próprio autor; BIBLIA. Latim. 1507. **Biblia cum pleno apparatu summariorum concordantiarum et quadruplicis repertori sivi indice: numerique folioru distinctione tersissime ac verissime impressa.** Lugdune: Jacob, Sacon, 1509. Arquivo Nacional.

Figura 6 – *Encyclopedie*

Fonte: O próprio autor; *ENCYCLOPEDIE, ou, Dictionnaire raisonne des sciences, des arts et metiers, par une Societe de Gens de lettres.* Paris: Briasson, 1751-1780. Arquivo Nacional.

Um dos principais destaques do acervo é um conjunto de obras raríssimas, são três exemplares de códices medievais de Livros de Horas, manuscritos iluminados, raríssimos do século XV, voltados para leituras litúrgicas, escritos em alemão, latim e flamengo. A propriedade desses livros era um privilégio dos integrantes da nobreza<sup>1</sup>.

Figura 7 – Livro de horas - lombada



Fonte: O próprio autor; Livro de Horas. Arquivo Nacional.

<sup>1</sup> Informação obtida através de entrevista com Alexandra Werneck, Supervisora da Biblioteca do Arquivo Nacional.

Figura 8 – Livro de horas – corte lateral



Fonte: O próprio autor; Livro de Horas. Arquivo Nacional.

## 5.2 OS CRITÉRIOS DE RARIDADE

Antes de dissertarmos sobre os critérios de raridade para acervos bibliográficos, faz-se necessário uma definição debate sobre a diferença entre livros velhos, antigos e raros. Um livro antigo não necessariamente deve ser considerado raro, pois pode ser um livro encomendado como cópia, um louvor, ou possuir trechos que não são legíveis, não sendo possível assim ser categorizado como raro, ao mesmo tempo em que uma edição nova pode ganhar status de um livro raro de acordo com alguns parâmetros.

O suporte o qual está contida a informação também é relevante nessa categorização. A abrangência dos critérios envolve diversos aspectos da Obra, tudo com o intuito de torná-la única possível, no sentido mais amplo da palavra, pois um livro que possua outros exemplares tem a sua unicidade dividida. Mas não por isso é menos importante. Como nos diz Pinheiro:

“Além de todos, esses detalhes técnicos, bibliológicos, que dão ao livro o caráter artesanal, comum às raridades, torna-se imprescindível distinguir entre RARO e PRECIOSO; a adoção de quaisquer desses conceitos, de forma universal ou exclusiva, denotará imprudência, face à relatividade de ambos.” (PINHEIRO, 1989, p. 20)

Deste modo, podemos dizer que a valoração de uma obra está vinculada a um ou mais critérios de seleção, que se reforçam de forma diferente a cada unidade documental.

Nesse aspecto, o trabalho do bibliotecário é de suma importância, pois é ele, aliado ao feedback do usuário, que irá permitir a identificação da valiosidade das obras.

Além de tudo isto, temos que levar em consideração a relatividade social e até mesmo geográfica de onde está localizado o acervo. O que é raro em um continente pode não ser em outro, assim como a singularidade do local de produção em relação ao lugar detentor, por exemplo.

Podemos compreender melhor estes conceitos a partir dos escritos de Walter Benjamin sobre o que o mesmo define como “aura”: “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (BENJAMIN, 1994, p. 170). Sendo assim, podemos dizer que o acervo raro assim o é por conter em si uma unicidade que pode ser compreendida de diversas formas.

A maior dificuldade do processo seletivo deste tipo de acervo é o volume da massa documental existente. Em uma questão numérica, podemos dizer que as Obras Raras são “pescadas” em relação a um oceano de livros (PINHEIRO, 1989, p. 28).

Obviamente, por ser de caráter exclusivo, estes livros requerem mais cuidados no seu tratamento técnico, seja na sua catalogação ou nos seus processos de conservação. Então, à medida que ocorrem estas descobertas, todos os processos, inclusive a própria política de seleção, é atualizada de acordo com as demandas que surgem. E, conseqüentemente, uma capacitação maior dos profissionais que lidam com este acervo em especial. Essas capacitações ocorrem através de seminários e encontros sobre este tipo de acervo, cada vez mais frequentes no país, que promovem a interação entre as instituições e aumentam os debates e estudos sobre o assunto.

Além disto, temos o problema dos critérios, pois apesar de haver alguns que são universais, temos que respeitar a unicidade não só das próprias obras ou da coleção, mas também a da própria biblioteca que contém este acervo durante o processo de seleção.

“Os critérios objetivos (com que finalidade) e os subjetivos (a quem interessa) – devem sempre estar presentes na mente dos profissionais em suas atividades relativas ao tratamento a ser dado ao material passível de ser preservado – sofrerão possível equacionamento.” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1987, p. 10)

A literatura sobre obras raras é paradoxal, tanto a nacional quanto a estrangeira. Por mais que seja repetitiva, cada texto sobre o assunto traz uma nova informação sobre o tema, seja por uma reflexão a partir de um pequeno prisma diferente, ou a partir da inserção de um novo critério que foi importante para aquele acervo em si, e é aplicável a outras bibliotecas.

No Brasil, existe o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR). Criado em 1993 pela Secretaria de Cultura – que viria a se tornar ministério alguns anos depois, passou a ter gerência própria e ficou vinculado à Biblioteca Nacional a partir de 2004 (PLANOR, 2018). Tem como objetivos: Identificar, coletar, reunir e disseminar, através da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), informações sobre acervos raros existentes no território nacional. Cabe ao PLANOR, ainda, fornecer orientações sobre

procedimentos técnicos na identificação, organização, tratamento técnico e gestão desse patrimônio, conforme normas adotadas pela FBN. Deve também prestar assessoria técnica a outras instituições com a finalidade de orientar quanto à organização e preservação de acervos raros existentes no País. Por fim, é responsável por desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão de obra especializada.

Esses objetivos são buscados através de ações elaboradas entre instituições que visam debater e incentivar o tratamento em cima deste tipo de acervo. Salienta-se que o AN é um dos órgãos vinculados a este projeto.

A partir do PLANOR, os critérios da Biblioteca Nacional sobre Obras Raras servem como parâmetro para a definição de raridade. São eles:

- I) Todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII;
- II) Impressões do século XVIII até 1720 (questões de espaço físico, alicerçada pela inclusão de mais 20 anos após a virada do século, onde entende-se já estarem estabelecidas as técnicas de impressão referente ao século anterior);
- III) Obras editadas no Brasil até 1841 (produção gráfica se desenvolve a partir do Segundo Reinado – 1831-1840);
- IV) Edições de tiragens reduzidas;
- V) Edições especiais, de luxo para bibliófilos;
- VI) Edições clandestinas;
- VII) Obras esgotadas;
- VIII) Exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e “ex libris”;
- IX) Exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se dedicatórias.

Os princípios destes critérios de raridade surgem em 1989, quando a FBN publica um catálogo com várias instituições nacionais que possuíam catálogos específicos de obras raras, mas poucos apontavam quais foram os critérios de seleção. Os primeiros que apontavam nesta direção foram “Obras raras na Biblioteca do Ministério da Justiça”, de 1982, e “Catálogo de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna”, de 1989 (SANT’ANA, 2001, p. 9).

No Rio de Janeiro, temos uma publicação de 1987 do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense intitulada “DOCUMENTOS RAROS E / OU VALIOSOS: Critérios de seleção e conservação” que não é um catálogo, mas traz em si

todas as definições e reflexões sobre os critérios aplicados na instituição, com suas peculiaridades próprias, de forma objetiva.

O Arquivo Nacional não possui tal publicação. Em entrevista com a Supervisora da Biblioteca, soubemos que os critérios da FBN são aplicados de forma empírica no acervo do AN, e o que existe de concreto é um Manual de Rotinas, indicando quais são os critérios aplicados. Porém este manual está defasado e se encontra em processo de revisão.

Segundo este Manual, as Obras Raras são classificadas por: OR (Livros); FOR (Folhetos); PER RARO (Periódicos); J (Jornal Raro). Os critérios para a seleção são:

- I) Obras publicadas até o ano de 1900;
- II) Obras publicadas após 1900 em pequena tiragem;
- III) Obras publicadas após 1900 que pertençam à coleções raras iniciadas no século XIX;
- IV) Obras publicadas após 1900 e não encontradas em catálogos das principais bibliotecas do país;
- V) Coleções especiais.

No tratamento das obras raras alguns aspectos bibliológicos são realçados: página de rosto (análise detalhada), marca tipográfica, tipos de caracteres, arranjo do texto, paginação, ilustrações, ex-libris e super-libris, selos, etiquetas, carimbos e qualquer outra particularidade encontrada na obra (ex: assinaturas, erro de paginação, dedicatória, coleção particular a que pertenceu).

Além destes, mais um critério também é aplicado, porém não está descrito no manual: “também são levadas em conta a pesquisa bibliográfica e a adaptação às necessidades do Arquivo Nacional”, diz Alexandra Werneck, supervisora.

## **6 TRAÇADO DE MEMÓRIA: TRATAMENTO TÉCNICO E DE PRESERVAÇÃO DE ACERVO**

Neste item, o foco principal é o projeto de preservação documental desenvolvido no AN sobre as Obras Raras, descrevendo cada passo deste processo, com o intuito de denotar a importância de cada etapa com a finalidade de que o trabalho seja feito da forma mais completa possível.

Finalizaremos este com o debate em foco do principal objetivo de uma instituição que visa atender o público: o estudo de seus usuários. Através da análise dos seus pesquisadores, podemos traçar a relevância real e potencial da biblioteca do órgão, o que tornaria possível uma popularização mais eficaz a partir do conhecimento do seu público-alvo.

### **6.1 PROJETO DE PRESERVAÇÃO**

Mesmo a Biblioteca sendo compreendida como um setor do AN, e conseqüentemente sem uma voz ativa mais contundente, esperávamos uma postura gerencial que valorizasse mais o acervo de obras raras da instituição.

Para contextualizarmos, precisamos compreender que, enquanto instituição pública, o Arquivo Nacional não pode receber diretamente uma verba extra e aplicá-la como se fosse parte do orçamento anual da instituição fornecido pelo governo federal. Assim, em 1987, foi criada a Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN). Ela funciona como uma entidade civil que dá suporte ao órgão para projetos de naturezas técnicas e culturais através da captação de fundos para a realização dos mesmos.

Um destes projetos levantou recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implantação de um trabalho voltado para a coleção de Obras Raras do Arquivo Nacional, pois havia a necessidade de modernizar o local de guarda, além de uma análise mais minuciosa do estado de conservação das mesmas.

O Subprojeto “Higienização, Acondicionamento e Climatização da Área de Guarda do Acervo de Obras Raras do Arquivo Nacional”, que compreendeu a climatização da área de guarda, a higienização, o acondicionamento provisório e o diagnóstico do estado de conservação do acervo Obras Raras, iniciou as suas atividades no dia 01 de dezembro de 2015 e encerrou o trabalho em 31 de novembro de 2016. Os dados a seguir foram retirados do relatório interno de conclusão do trabalho.

Na década de 1990, o Arquivo Nacional tinha em seu acervo cerca de 5.000 obras raras. Todas ficavam em um mesmo depósito, mas esse número cresceu muito nos últimos vinte anos, obrigando a equipe técnica a dividir o acervo entre dois depósitos. O depósito original de guarda dessa documentação, após o acréscimo de alguns itens, mostrou-se insuficiente obrigando a colocação de novas obras e periódicos raros em um outro local.

O novo espaço, adaptado pelo projeto, foi idealizado com área suficiente para reunir todas as obras em um único depósito, facilitando a organização, o controle e o acesso, tentando atender políticas de preservação em diversas frentes, além do próprio gerenciamento de riscos das mesmas.

A primeira etapa do Projeto foi a adequação e a climatização do depósito que receberia o acervo, que compreendeu uma obra estrutural para fechamento do depósito com placas de cimento, já que no mesmo haviam grandes janelas, dificultando o controle climatológico e uma posterior implantação de um sistema de climatização.

A obra para adequação da área de guarda teve início no mês de maio de 2015 e foi concluída em setembro do mesmo ano, com a instalação do mobiliário deslizante projetado com características específicas para este tipo acervo, no início do mês de novembro.

O depósito foi escolhido por estar no mesmo andar das obras que seriam tratadas e, portanto, o deslocamento das mesmas seria o mínimo possível, preservando a documentação de transportes muito longos e de variações significativas de temperatura e umidade. O depósito em questão apresentava também boas possibilidades de adequação física.

A documentação era retirada no início do expediente e guardada antes do seu final para que não tivéssemos obras em área de circulação de funcionários sem acompanhamento da equipe do projeto. Estações de trabalho foram instaladas também dentro do depósito para a realização de atividades como colocação de etiquetas, conferência de listagem e diagnóstico. Os volumes foram todos higienizados folha a folha, os invólucros não alcalinos foram sendo substituídos quando necessário e algumas obras que em estado muito frágeis foram acondicionadas em invólucros confeccionados em papel filifold de 300g/m<sup>2</sup> na cor palha e velcro branco para maior estabilidade e proteção da obra. Todas as obras receberam uma filipeta indicando a data em que foi realizada a sua higienização para referências futuras, de acordo com a orientação da literatura sobre conservação preventiva (CPBA, 2001. p.21.).

As etiquetas das Obras Raras, que antes eram aderidas ou diretamente nas obras ou no invólucro, foram substituídas por etiquetas presas em cadarços de algodão na cor cru de

10 mm de espessura como observado em foto anexa a este relatório. No caso dos periódicos raros, que apresentavam envoltório em papel Kraft e etiquetas aderidas no envoltório, foram confeccionados invólucros em papel alcalino na cor branca e a etiqueta com código de barras foi aderida na parte frontal do envoltório a pedido da equipe da Biblioteca, pensando em um futuro sistema de leitura ótica. Neste momento, é possível observar que apesar do projeto estar sendo conduzido pelos profissionais do setor de Conservação, os bibliotecários se fizeram ouvir com argumentações que em longo prazo seria benéfico para o setor em si, e conseqüentemente, para o Arquivo.

O projeto foi iniciado pelas obras guardadas a parte, que foram sendo higienizadas, etiquetadas, acondicionadas temporariamente quando necessário e transferidas ao destino final. Destaca-se também que o fluxo de trabalho envolvia a retirada e a higienização, e passava 30 (trinta) dias em média em uma sala sob observação, a qual é chamada de “quarentena”, já que o depósito anterior apresentou sinais de infestação por brocas em alguns exemplares guardados neste espaço. Passado o período de avaliação, a obra era diagnosticada e levada para ser reincorporada ao conjunto. Vale ressaltar que todas as obras oriundas da quarentena foram consideradas em estado de conservação adequado para a sua reincorporação ao conjunto.

Ao término do Projeto, todas as Obras Raras, Jornais Raros e Periódicos raros do Arquivo Nacional foram guardados no depósito climatizado e com sistema de prevenção de incêndio, totalmente higienizados, acondicionados e organizados nas estantes deslizantes.

Um diagnóstico individual de cada obra foi feito em planilha com o objetivo de elaborar um planejamento que contemple outras ações para garantir a preservação e acesso ao acervo de Obras Raras do Arquivo Nacional. Dessa forma podemos elaborar um projeto baseado nas estatísticas geradas, onde as medidas de reparo, restauro, encadernação, digitalização e revisão arquivística pós-implementação necessárias para o acervo poderão ser atendidas, calculando o tempo e recursos humanos que serão necessários para tal.

Tabela 1 – Volume tratado ao longo do projeto

	<b>Itens higienizados</b>	<b>Páginas higienizadas</b>	<b>Etiquetas colocadas</b>	<b>Invólucros feitos</b>	<b>Diagnóstic os feitos</b>
<b>Obras Raras</b>	6.326	2.363.127	6.200	3.002	6.326
<b>Periódicos Raros</b>	6.102	2.886.985	5.600	6.102	6.102
<b>Folhetos Raros</b>	89	45.861	0	0	89
<b>Jornais Raros</b>	431	63.487	0	30	431
<b>Total</b>	<b>12.948</b>	<b>5.359.460</b>	<b>11.830</b>	<b>9.104</b>	<b>12.948</b>

Fonte: Arquivo Nacional (Relatório técnico interno)

O envolvimento da instituição com as obras raras do Arquivo Nacional está em consonância com os escritos de Pinheiro, aos quais ela destaca a importância da troca de informações dos gestores de acervo com as pessoas que efetivamente lidam diretamente com a documentação, sejam no caso dos tratamentos técnicos de informação ou ao seu suporte físico.

“A perspectiva do gerente determina uma pesquisa preliminar, um exame histórico e econômico, face à importância do acervo para a instituição e ao consequente valor em espécie que lhe é atribuído.” (PINHEIRO, 1989, p. 22)

Afinal, são estes que vão determinar as políticas institucionais que permitirão a longevidade deste acervo, além de prover metodologias para que alcancem o seu objetivo enquanto natos por definição, que é o de chegar às mãos do usuário, ou seja, da sociedade em si, e este projeto é um caso de sucesso do diálogo entre estes agentes.

Figura 10 – Antigo deposito



Fonte: o próprio autor.

Figura 11 – Novo deposito



Figura 12 – Jornais raros



Fonte: o próprio autor.

Figura 13 – Livros raros em grandes formatos



Fonte: o próprio autor.

Figura 14 – Periódicos raros



## 6.2 OS USUÁRIOS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DO USO DA BIBLIOTECA DO ARQUIVO NACIONAL

Ao dissertarmos sobre todo o projeto de manutenção das Obras Raras, outras questões surgem para nos inquietar. Uma delas seria: porque preservar? Todos sabem que é importante, mas esta pergunta não é uma daquelas que possui uma resposta fácil, pelo contrário.

A preservação da memória através da Biblioteca visa aumentar a sua vida útil, levando aquelas informações contidas no acervo para as próximas gerações, permitindo a sua consulta, o seu manuseio.

“A importância de conservar e preservar um objeto que consideramos parte de um patrimônio está no fato deste se constituir registro material da cultura, da expressão artística, da forma de pensar e sentir de uma comunidade de uma determinada época e lugar, um registro de sua história, dos saberes, das técnicas e instrumentos que utilizava.” (MEDEIROS, 2005, p. 1)

Ou seja, todas as técnicas de conservação visam que o acervo tenha uma longevidade, permitindo ao usuário o acesso a estas obras por quanto tempo resistirem. Mais importante ainda, valoriza a originalidade da obra, para que estes tenham a consciência da valorização da própria história daquele documento que está em suas mãos.

Os usuários são o propósito de existência de todas as instituições de memória. Entretanto, ao falarmos da Biblioteca do Arquivo Nacional, não podemos nos esquecer de que se trata de uma biblioteca pública. Esta tem uma responsabilidade ainda maior na formação de cidadãos através do fornecimento de instrumentos para a construção de conhecimento. No caso, os livros. Pois, como diz o manifesto da IFLA (UNESCO, 1994), “biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”.

Para saber mais sobre qual a relação da comunidade com a biblioteca do órgão, além de Alexandra Werneck, entrevistamos também Mariana Lambert, supervisora da Sala de Consultas, e obtivemos algumas respostas sobre a postura da instituição e dos próprios usuários.

Com o enfoque nas obras raras, também houve outros questionamentos sobre o uso da biblioteca em si. Para isto, separamos um determinado período de tempo para analisar o volume de consultas sobre o acervo do setor.

Tabela 2- Quantitativo mensal de consulta ao acervo bibliográfico

<b>Período</b>	<b>Quantidade</b>
Outubro/2016	20
Novembro/2016	50
Dezembro/2016	3
Janeiro/2017	37
Fevereiro/2017	31
Março/2017	58
Abril/2017	33
Mai/2017	22
Junho/2017	40
Julho/2017	40
Agosto/2017	41
Setembro/2017	40
Outubro/2017	103
<b>Total</b>	<b>519</b>

Fonte: SIAN

Acima, temos os dados das solicitações do acervo da Biblioteca a partir do Sistema Interno no espaço de 13 meses. Nos dados acima, não foi possível diferenciar obras raras do acervo comum, pois o sistema é limitado neste sentido.

No Arquivo Nacional, o usuário interessado em consultar o acervo bibliográfico é orientado pelos profissionais de referência da Sala de Consultas, da mesma forma como o usuário interessado exclusivamente no acervo arquivístico. Após consultar a base de dados da biblioteca e localizar a obra que deseja consultar, o usuário agenda com prazo mínimo de dois dias a consulta. Os livros devem ser consultados na própria instituição, na Sala de Leituras, onde são também consultados os documentos arquivísticos originais. O empréstimo de publicações não é permitido. Assim, a estrutura e os procedimentos habituais aos quais o público de uma biblioteca está acostumado diferem bastante dos encontrados no Arquivo Nacional, nos diz Mariana Lambert.

De um lado, a Biblioteca guarda um acervo de importância histórica para o país, cujo acesso é de fundamental importância para a reconstrução da memória pelas novas gerações. De outro, as obras de referência e a bibliografia secundária orientam e complementam o processo de pesquisa que dá origem a novas obras.

Se o acervo arquivístico da instituição possibilita a produção de novas publicações sobre a história do Brasil, mediadas pelo acervo bibliográfico, esta nova produção também deve ter seu lugar dentro do Arquivo, enquanto expressão da produção intelectual do seu tempo. Cria-se, portanto, um diálogo permanente entre o acervo arquivístico e bibliográfico. Para isto, o AN possui concursos de monografia e prêmios para produções que utilizaram como base estas documentações, como por exemplo, o Prêmio de Pesquisas Memórias Reveladas, que tem por objeto a premiação de monografias realizadas com base em fontes documentais referentes ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), e o Premio Maria Odila Fonseca, com enfoque em trabalhos que tem por base fundamental a relevância e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento do pensamento crítico na área de Arquivologia.

Segundo Alexandra Werneck, o fundo da biblioteca<sup>2</sup> está entre o 5º (quinto) mais solicitado frequentemente, mas apesar disto não considera que isto seja um volume alto em relação à riqueza que o acervo possui. Atribui isto ao fato da pouca divulgação e ao fato da impossibilidade do acesso ao material no dia da solicitação.

---

<sup>2</sup> Tratamos por fundo justamente porque as coleções, apesar de separadas no sistema, são contadas desta maneira pela metodologia arquivística dentro do Arquivo Nacional, reforçando o fato de que a biblioteca é apenas um setor.

Focando-nos na questão das obras raras, o principal usuário do acervo de Obras Raras é o setor de Pesquisa e Difusão do Acervo do próprio órgão. As obras são utilizadas em produtos de difusão do acervo do Arquivo Nacional, como exposições e publicações em virtude do seu caráter de raridade e pela riqueza iconográfica.

Como no quadro acima não há como fazer a separação entre consultas de usuários externos e internos, acreditamos que o grande “boom” em outubro de 2017 se deu pelo processo de início de pesquisa de uma nova exposição, período o qual o setor de Pesquisa faz a seleção para o processo de digitalização das obras. De algum modo, podemos enxergar que estas exposições ajudam na divulgação do acervo bibliográfico da casa, raro ou não, e isto tende a suscitar entre a comunidade acadêmica novas reflexões e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

De maneira objetiva, podemos dizer que não há muita procura considerando o potencial deste acervo. Em parte, pelo desconhecimento da existência de uma Biblioteca dentro do Arquivo Nacional, até porque a instituição de referência na cidade é a Biblioteca Nacional, principalmente no caso das Obras Raras.

Percebemos inclusive que há um desconhecimento da presença de obras tão relevantes no acervo. Boa parte do público da Biblioteca é formada de estudantes, professores e demais profissionais da área de arquivologia, que se destaca entre as especialidades do acervo. Também por se tratar de uma biblioteca no interior da maior instituição arquivística do país os interessados neste campo de estudos já esperam encontrar aqui obras de referência e manuais desta especialidade.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao voltarmos a 1838, ano de formalização do Arquivo Nacional, percebemos uma preocupação do país em, de algum modo, guardar documentos oficiais. Em verdade, esta preocupação já foi apontada na constituinte de 1823, porém sob outra tutela, o que também nos mostra a falta de conhecimento que definiria a quem deveria servir esta atribuição.

Ao ser criado, o AN já apontava na direção da preservação, embora não se desse conta disto naquele momento. As novas atribuições e recolhimento dos mais diversos materiais – tanto na variedade de origem documental quanto em relação ao suporte – corroboram a interpretação neste sentido em longo prazo.

A instauração da Biblioteca segue a direção de ampliar institucionalmente os campos de conhecimento do órgão de forma legalizada, mais uma vez colocando no papel o que já ocorria na prática. Costumeiramente sendo símbolos de conhecimento, pois eram locais em que se podia obter serviços de informação, a criação de uma biblioteca dentro de um órgão federal que tinha por função salvaguardar e disponibilizar dados, só veio a dar mais credibilidade para o órgão como um todo. Áreas que eram consideradas como independentes e praticamente incomunicáveis passaram a se beneficiar de um arcabouço teórico cada vez mais forte.

A formação de sua coleção não foi nada mais do que uma reorganização de acervo. Os livros já estavam inseridos nesta realidade, mas aplicar uma política de seleção para organizar as coleções bibliográficas deram não só outra face a este suporte perante à direção, mas também abriu um novo campo para os profissionais da área. Não só para a aplicação de metodologias de organização, mas também sobre o próprio processo de seleção de quais materiais deveriam continuar a fazer parte daquela biblioteca, com uma missão em consonância com a da instituição (VERGUEIRO, 2010, p. 11).

Estes critérios se tornam ainda mais pungentes em se tratando de obras raras. A seletividade no processo de “pinçar” o que era precioso em meio a tantos materiais já presentes, além da formação ao longo prazo e do processo de seleção na aquisição de novos materiais, exigiu dos profissionais um conhecimento aguçado àquela época.

Ainda hoje este problema é uma realidade para os bibliotecários do Arquivo Nacional. A falta de uma política de seleção de obras raras institucionalmente formalizada joga um peso nas costas destes profissionais muito grande, pois são eles que tem que aplicar os conhecimentos adquiridos em sua formação para que esta coleção não seja inflada por códices sem relevância.

Tivemos uma grande dificuldade durante esta pesquisa. Há diversas teses, dissertações, artigos e livros que explicitam as diferenças entre arquivos, bibliotecas e museus. Porém, nenhuma destas publicações trata destes setores em funcionamento dentro de organizações maiores. No nosso caso, de bibliotecas em Arquivos. As dificuldades são únicas e o poder de persuasão e de barganha do bibliotecário é testado a cada momento, tornando importante assim o arcabouço teórico gerencial que é absorvido durante a sua formação.

Ao descrevermos o processo de um projeto de preservação, o objetivo principal era demonstrar como um planejamento bem montado desde o seu embrião será bem-sucedido.

E este foi um case de sucesso em cima de um acervo extremamente importante para a história e memória do país.

Além disto, tivemos também a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os consulentes desta biblioteca. Os estudos de usuários são essenciais para a avaliação dos serviços desenvolvidos pela biblioteca e, como tal, fazem “parte do processo de planejamento e da tomada de decisões” (ALMEIDA, 2000). O fato de compreender que o tipo de busca realizada nestas obras estão vinculadas diretamente às pesquisas das fontes primárias do Arquivo faz com que todo o atendimento seja feito de forma mais passiva nestes suportes, sendo assim com um índice de consultas abaixo da capacidade real de oferta e atendimento, agravado pelo baixo volume de divulgação do acervo bibliográfico.

Concluimos ao realizar essa pesquisa que, apesar de pouco divulgada, a Biblioteca do Arquivo Nacional possui uma coleção ampla, e dentro desta, possui Obras Raras de alta importância, bem tratadas, com todo o acervo pronto para receber a comunidade externa, com profissionais capacitados e aptos para as tomadas de decisões necessárias para defender os interesses da mesma frente a uma instituição que não tem como foco principal os livros.

## REFERÊNCIAS

- Acervo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1986. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.1,n.1,jan-jun.1986.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. 129p., 21cm.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2000. 112p., 21 cm.
- ARQUIVO Nacional (Brasil). **Publicações do Arquivo Nacional: 1886-1990**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Arquivos. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: Conarq, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A conservação de documentos em seus diferentes suportes: recomendações básicas**. Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821 existentes no Arquivo Nacional e dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e depois de 1763, ao vice-rei do Brasil**. 2. ed. rev. e melhorada por A. Esteves. Prefácio da 1. ed. de Joaquim Pires Machado Portela. Publicações Históricas, 1. 1. ed.: 1886. Rio de Janeiro, 1922.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2014. 157 p., 21 cm.
- BRASIL. Decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 44.862, de 21 de novembro de 1958. Aprova o Regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- BUZZATTI, João Vicente Teixeira. **Da máquina erudita à instituição arquivística : rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134114>> Acesso em: 10 jul. 2018.
- CASTELLO BRANCO, Pandiá Tautphoeus. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na Comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império**. Publicações do Arquivo Nacional, n. 35. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.
- ESTEVIÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques de. **A França e o Arquivo Nacional do Brasil in Revista Acervo**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, jan./jun. 2010, p. 81-108.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **A modernidade das cinco leis de Ranganathan**. Ci. Inf., v.21, n.3, p.186-191, set./dez.1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/430/430>>. Acesso em: 10. Jun. 2018.

INTERNATIONAL Federation of Library Associations and Institutions. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**: 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 30 set. 2017.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **Bibliotecas**. in: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. p. 345-366. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

LIMA, Gilson Pires de Lima. **Arquivo e biblioteca: similaridades e diferenças** – Formiga: UNIFOR- MG, 2013. 56f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em biblioteconomia) – Centro Universitário de Formiga- UNIFOR, Formiga, 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.uniformg.edu.br:21015/jspui/bitstream/123456789/209/1/ARQUIVO%20E%20BIBLIOTECA%20SIMILARIDADES%20E%20DIFEREN%C3%87AS.pdf>>. Acesso em: 05. Fev. 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida; AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. **O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira** in *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.7, 2013, p.205-222.

MEDEIROS, G. F. de. **Por que preservar, conservar e restaurar?** Belo Horizonte: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OGDEN, Sherelyn (org). **Armazenagem e Manuseio** : projeto Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos, 1-9. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 49 p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e Prática**. Rio de Janeiro, 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Glossário de codicologia e documentação. In *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional v.115, p.123-213, 1995. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_115\\_1995.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf)>. Acesso em 06 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Que é livro raro?** Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro : Presença, 1989.

PLANO Nacional de Recuperação de Obras Raras. **Críticos de Raridade FBN**. Rio de Janeiro: FBN, [19--]

SANT'ANNA, Rizio Bruno. Critérios para definição de obras raras. **Revista On line Biblioteca Prof. Joel Martins**. Campinas, v.2, n.3, p.1-18, jun.2001.

SILVA, Eliezer Pires da. Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978). 130 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2013.

UNIVERSIDADE Federal Fluminense. **Documentos raros e/ou valiosos:** critérios de seleção e conservação. Niterói (RJ): O Núcleo, 1987. 35p. 22 cm.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro santos. **Seleção de materiais de informação.** 3. Ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2010. 120 p.